



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005332-86.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **José da Rocha Barbosa Rincão & Cia Ltda**  
 Requerido: **Mineradora Barbareense Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

**JOSÉ DA ROCHA BARBOSA RINCÃO & CIA LTDA** ajuizou a presente ação reparatória de danos causados em acidente de trânsito, em face de **MINERADORA BARBARENSE LTDA** e **PAVIMENTA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA**, alegando, em síntese, que: a) no dia 26 de junho de 2014, seu preposto Marcos de Cássio da Cruz dirigia o caminhão Volvo, de placas KCJ-0082, pela Rodovia Guilherme Scatena (São Carlos – Santa Eudóxia), ocasião em que o caminhão Ford/Cargo, de placas CZC-2905 (de propriedade da ré Mineradora Barbareense), ao qual estava acoplado o semirreboque Facchini, de placas DDN-7896 (de propriedade da ré Pavimenta Construções), dirigido por Wesley Nunes, ao tentar efetuar uma ultrapassagem veio a perder o controle e acabou abalroando o veículo da autora, o qual veio a se incendiar, sofrendo perda total; b) após a colisão, os veículos das rés tombaram e colidiram com um terceiro veículo, conduzido por Ednésio Santana; c) o condutor das rés não possuía CNH específica para conduzir o semirreboque da segunda ré; d) o laudo da polícia científica apontou como único



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

responsável pelo infortúnio o motorista das rés, porque não respeitou as regras de trânsito; e) do acidente resultou prejuízo ao autor, quem em virtude da perda total do veículo, precisou vendê-lo como sucata pela quantia de R\$ 7.000,00; f) pela tabela FIP um veículo similar e um ano mais velho custa R\$ 72.547,00; g) abatido o valor referente à venda das sucatas, ainda restam R\$ 65.547,00 de prejuízo ao autor. Requereu a procedência do pedido e a condenação das rés ao pagamento da quantia de R\$ 65.547,00.

A ré MINERADORA BARBARENSE LTDA., em contestação de fls. 69/72, alegou, em síntese, que: a) é parte ilegítima porque embora o caminhão Ford/Cargo esteja registrado em seu nome, este nunca foi de sua propriedade, estando em poder da ré Pavimenta; b) o veículo foi transferido para o nome da Mineradora Barbarense apenas como garantia de pagamento; c) o laudo juntado pelo autor às fls. 33/49 não é suficiente para demonstrar de quem foi a culpa do acidente; e) contesta o valor do veículo informado pelo autor, uma vez que no Mercado Livre existem veículos semelhantes e até mais novos à venda pelo valor de R\$ 48.000,00. Requereu a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 90/92.

A ré PAVIMENTA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. foi citada pessoalmente às fls. 132, todavia, não ofereceu resposta (fls. 135).

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO e DECIDO.**

Julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355, I e II, do NCPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Com relação à ré PAVIMENTA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA., não tendo contestado o pedido, de rigor a incidência dos efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora (NCPC, artigo 344).

Pretende o autor a condenação das rés à reparação de danos causados ao seu veículo, decorrentes do acidente de trânsito.

Sustenta que sofreu um prejuízo no importe de R\$ 65.547,00, em virtude de acidente causado pelo motorista das rés, que não se atentou e realizou ultrapassagem em trecho impróprio, não observando as regras de trânsito.

Não há falar-se em ilegitimidade passiva, tal qual suscitado pela ré MINERADORA BARBARENSE, uma vez que o veículo encontra-se registrado em seu nome junto ao DETRAN.

A questão alegada pela ré, de que a transferência do veículo para seu nome deu-se apenas a título de garantia de negócio realizado com a ré PAVIMENTA não pode atingir direitos de terceiros.

Estando o veículo registrado em seu nome, deve a ré MINERADORA BARBARENSE responder pelos prejuízos causados por quem quer que esteja na sua condução.

Nesse sentido: “RESPONSABILIDADE CIVIL – Acidente de veículos – Ação indenizatória – Caminhão da autora atingido em sua parte posterior por veículo da ré, dirigido com imprudência, sob a justificativa de defeito nos freios – Responsabilidade culposa evidenciada – Inteligência dos artºs 28 e 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro – Falha mecânica não comprovada e que não afastaria a responsabilidade dos réus – Ação acolhida parcialmente. APELAÇÃO DO CORRÉU ANTONIO AMANCIO NETO –


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Invocação de cerceamento de defesa, por não ter podido comprovar que o veículo causador do evento não era de sua propriedade – Inocorrência – **Irrelevância para terceiro das relações mantidas por este apelante com o corréu. Veículo causador do dano registrado em seu nome, assumindo a responsabilidade por culpa in eligendo** ao emprestar àquele o seu nome. APELAÇÃO DA CORRÉ VITÓRIA TRANSPORTES EM GERAL LTDA. – Invocação de cerceamento de defesa, pela falta de ciência de documentos e da produção de prova pericial sobre os danos no caminhão da autora – Afastamento – Ausência de documentos novos nos autos e desnecessidade e inutilidade da produção de prova pericial, estando evidenciada a extensão dos danos e juntados três orçamentos suficientes para a demonstração do prejuízo havido – Transporte de combustível realizado pelo veículo, cujo motorista foi o causador do acidente, a favor da apelante – Legitimidade de parte bem evidenciada – Condenação mantida, inclusive quanto aos juros de mora, com respaldo no artº 398 do Código Civil e na súmula 54 do STJ - Recursos improvidos.” (TJSP; Apelação 0019458-24.2010.8.26.0302; Relator (a):Caio Marcelo Mendes de Oliveira; Órgão Julgador: 32ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jaú - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/11/2015; Data de Registro: 26/11/2015).

Ademais, a ré MINERADORA BARBARENSE nem sequer instruiu o feito com qualquer documento que comprove suas alegações.

Quanto à culpabilidade com relação ao acidente de trânsito, o laudo pericial elaborado por perito criminal tem fé pública.

No tópico “Dinâmica do Acidente”, o perito criminal concluiu que o veículo “V-1” veio a derivar seu sentido de direção para a esquerda, invadindo a faixa de rolamento de sentido oposto, colidindo seu terço


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

anterior do flanco direito contra o terço médio do flanco esquerdo do “V-2”, vindo a sofrer um tombamento seguido de colisão com o veículo V-3” (fls. 37).

No mesmo laudo, às fls. 35, o perito descreveu como sendo V-1 o veículo Ford/Cargo de placas CZC-2904, ao qual estava acoplado o semirreboque de placas DDN-7896 (pertencentes às rés) e, como V-2 o veículo Volvo, de placas KCJ-0082 (pertencente à autora).

Assim sendo, não resta dúvida de que o acidente se deu em virtude da manobra imprudente efetuada pelo condutor dos veículos pertencentes às rés, provocando danos no veículo pertencente à autora.

A nota fiscal juntada às fls. 53 comprova que a autora vendeu o caminhão como sucata pelo valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Este juízo toma por base, para definição do valor do veículo, aquele constante na Tabela Fipe. O autor a colacionou às fls. 54 (veículo um ano mais velho), por meio da qual é possível constatar que um veículo do ano 1995, com as mesmas características do veículo da autora, teve como preço médio de mercado, em maio de 2017, o valor de R\$ 72.547,00 (fls. 54).

O valor preiteado pela autora, portanto, encontra-se em conformidade com o valor médio de mercado, já descontado o valor da venda da sucata.

De rigor, pois, a procedência do pedido.

Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, a fim de condenar as rés solidariamente ao pagamento em favor da autora da quantia de R\$ 65.547,00, devidamente corrigida a partir da data do efetivo prejuízo (Súmula 43 STJ)- maio de 2017 (fls. 54), acrescida de juros de mora desde a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mesma data (Súmula 54 do STJ).

Sucumbentes, condeno as rés ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor total da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 14 de março de 2018.

**Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**